

O CONCEITO DE NECROPOLÍTICA COMO CATEGORIA EXPLICATIVA ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Cristiana de Oliveira¹, Éder Rodrigo Gimenes²

¹ Acadêmica do Curso de Bacharelado em Serviço Social, EAD/Universidade Cesumar – UNICESUMAR cristiana.olfalz@gmail.com

² Orientador. Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social, Doutor em Sociologia Política, EAD/Universidade Cesumar – UNICESUMAR. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Participação Política, Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá/PR. eder.gimenes@unicesumar.edu.br

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa, que se trata de um projeto de iniciação científica andamento, é identificar as nuances da necropolítica, conceito criado por Achille Mbembe (2018) para tratar da maneira como os Estados nacionais lidam com problemas sociais relacionados às desigualdades e vulnerabilidades. Nesse sentido, o objetivo deste resumo é conceituar a necropolítica, a fim de estabelecer bases para que, posterior e oportunamente, a investigação seja continuada com vistas a permitir a consecução do objetivo do referido projeto de iniciação científica, que é compreender, no contexto de pandemia do Covid-19 no Brasil, as expressões da questão social em evidência e o seu agravamento, interpretando as atitudes governamentais e as suas consequências à população à luz do conceito de necropolítica. Para tanto, aborda a breve exposição do conceito e suas bases teóricas, elementos importantes tanto à ampliação deste debate quanto à interlocução entre o conceito de necropolítica e a atuação do governo brasileiro no contexto da pandemia do Covid-19, considerado um momento histórico de agravamento de expressões da questão social que são caras aos profissionais que atuam no Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade; Governo Federal; Pandemia

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, ainda que marcado por desigualdades desde sua origem, obteve um aprofundamento das expressões da questão social desde a reformulação do Estado sob os preceitos neoliberais no início dos anos 1990, o que persistiu em maior ou menor grau, até os dias atuais. No entanto, um evento de proporções catastróficas, a pandemia de Covid-19, decretada oficialmente em 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), somada à postura governamental do Governo Federal brasileiro frente à doença, causou milhares de mortes e alterações das mais diversas relações sociais e nas expressões da questão social.

Observou-se, dentre outros impactos, o exorbitante aumento do desemprego, do trabalho informal e da precarização do trabalho, das pessoas em situação de rua, da fome e da violência contra a mulher. Ainda, tem-se a ausência de leitos em hospitais, de equipamentos de proteção individual (EPIs) para profissionais da linha de frente do combate à doença e as condições de trabalho precárias destes mesmos profissionais, bem como a protelação da aquisição de vacinas. Por fim, cabe destacar o atendimento escasso aos grupos vulneráveis, que, diante da necessidade de serviços públicos, não possuíam equipamentos adequados ao atendimento remoto, entre outros.

Diante desta conjuntura, em curso no Brasil no momento de desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica intitulada “As nuances da necropolítica nas expressões da questão social no contexto pandêmico brasileiro”, faz-se relevante realizar a conexão entre as ações governamentais e o conceito de necropolítica, criado por Achille Mbembe (2018), que é o poder de ditar quem pode viver e quem pode morrer, cabendo ao Estado estabelecer limites e criar zonas de morte.

Tal como explica Boaventura de Souza Santos (2020), a igualdade pela infecção do vírus não é uma realidade concreta, haja vista que as pessoas não são atingidas da mesma

intensidade, tornando certos grupos mais vulneráveis do que outros conforme suas condições socioeconômicas e a ausência de políticas adequadas.

Assim, a gestão da morte pelo Estado não se dá direta ou necessariamente com o assassinato de determinado grupo de indivíduos, mas pode ser realizada por meio da negação de direitos fundamentais, de retrocessos e de precarização de políticas públicas, além da exclusão social, principalmente no contexto pandêmico, cuja falta de saneamento básico, por exemplo, pode ocasionar a contração do vírus.

Diante do exposto, este resumo expandido trata de resultados preliminares da investigação de iniciação científica no curso de Bacharelado em Serviço Social do EAD/Unicesumar, de modo que seu objetivo é conceituar a necropolítica, a fim de estabelecer bases para que, posterior e oportunamente, a investigação seja continuada com vistas a permitir a consecução do objetivo do referido projeto de iniciação científica, que é compreender, no contexto de pandemia do Covid-19 no Brasil, as expressões da questão social em evidência e o seu agravamento, interpretando as atitudes governamentais e as suas consequências à população à luz do conceito de necropolítica.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Durante a pesquisa é utilizado o método explicativo, que segundo Costa e Costa (2015) tem a finalidade de compreender aspectos que contribuem à ocorrência de fenômenos. É também utilizada a abordagem qualitativa, cujo desenvolvimento – para este resumo expandido e na pesquisa de iniciação científica de modo geral - ocorre por meio de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, teses e dissertações, bem como em dados disponibilizados em sites oficiais do governo e matérias jornalísticas pertinentes ao assunto (PIZZANI *et al*, 2012).

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE NECROPOLÍTICA

O conceito de necropolítica se baseia em perspectivas analíticas que unem as noções de biopoder, estado de exceção e estado de sítio e, conforme Mbembe (2018), nos introduz a um outro modelo de soberania, diverso daquele disseminado pela crítica contemporânea e envolto na democracia e na razão. Trata-se de um modelo de soberania que tem sua expressão residida na gestão da morte.

O referido autor criou o conceito utilizando como base a noção de biopoder, de Foucault, de modo que é possível resumí-lo como

[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2018, p. 5).

Há, ainda, outra explicação que explicita o conceito, como destaca Mbembe (2018, p. 6) ao afirmar que a necropolítica trata do que seria “aquele domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu o controle”. Em outras palavras, a noção de biopoder se focaliza na gestão da vida, regulamentando a natalidade e a reprodução, por exemplo.

Para Foucault (2005), o biopoder atua ainda na divisão daqueles que devem morrer e os que devem viver, baseado na subdivisão da espécie humana em grupos e pelo estabelecimento de uma “censura biológica” que, por conseguinte, nos daria a noção de racismo, uma vez que, de certo modo, autorizaria a utilização do biopoder e do direito de matar em prol de uma “sociedade saudável”.

No entanto, Mbembe (2018) acredita que o conceito de Foucault não explica as relações do Estado contemporâneo de submissão da vida ao poder da morte, tanto que constrói o conceito de necropolítica como atualização da noção de biopoder. Assim, para o autor africano, este poder de matar fundamenta-se na ideia do “inimigo” e em um estado de exceção e de sítio: “[...] o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir a mesma exceção, emergência e inimigo ficcional” (MBEMBE, 2018, p. 17).

Já o estado de exceção é apresentado tendo como exemplo o nazismo e os campos de extermínio, de que modo que Mbembe (2018, p. 8) acrescenta o pensamento de Giorgio Agamben (2004) em sua explanação ao afirmar que, sob a perspectiva da estrutura político-jurídica, trata-se de uma suspensão do Estado de Direito, que, de modo permanente, torna-se um Estado dissonante da lei.

Ainda, ao perpassar o pensamento de Agamben, Mbembe (2018, p. 10-11) afirma:

Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. Tais formas de soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente. De fato, tal como os campos de morte, são elas que constituem o *nomos* do espaço político que ainda vivemos.

Assim, o filósofo demonstra que tais usos da soberania acontecem atualmente, mas remetem a construções politicamente históricas, uma vez que as colônias teriam sido as primeiras experiências de necropolítica, pois eram caracterizadas por relações sociais baseadas em ideários e estereótipos relacionados ao racismo e ao selvagem. Segundo Mbembe (2018, p. 35), tratava-se de um “[...] local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos - a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização”.

Remetendo a outro período histórico, ao relatar o *apartheid* na África do Sul, demonstra a espacialização colonial e conclui Mbembe (2018, p. 41) que tratou-se de uma realidade em que poderia definir-se as relações sociais da seguinte maneira: “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é”.

Isto posto, o conceito necropolítica não aborda exclusiva ou necessariamente a ideia do fazer morrer, mas também a perspectiva do deixar morrer. Desse modo, nota-se que se trata de um conceito que possui diversas nuances, as quais podem ser observadas em distintos contextos históricos, com ênfase aos atuais, de modo que o Estado soberano se utiliza da ideia de inimigo ou de exceção para criar o terror e, com ele, possui plena liberdade para implantar políticas de morte, sejam elas explícitas ou não.

4 CONCLUSÃO

O agravamento das expressões da questão social está relacionado à maneira como os Estados nacionais lidam com as desigualdades sociais e as vulnerabilidades de parcelas de suas populações. O conceito de necropolítica, explorado neste resumo de maneira sintética, é uma base teórica relevante para, no contexto de discussões pertinentes à formação em Serviço Social, compreender uma perspectiva de organização do poder político com vistas à promoção da invisibilidade de grupos sociais.

Isto posto, as próximas atividades no âmbito do projeto de iniciação científica dizem respeito ao aprofundamento desta discussão conceitual e o diálogo com dados oficiais e

interpretações de pesquisadores que analisam a evolução das políticas públicas no Brasil, especialmente no período de pandemia do Covid-19, quando as expressões da questão social se tornaram ainda mais latentes.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. de F. V. da. **Projeto de pesquisa**: entenda e faça. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1, 2018.

PIZZANI, L; SILVA, R. C. da; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 1, 2012. p. 53-66.

SOUSA SANTOS, B. de. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.
Disponível em: <https://www.cpalsocial.org/documentos/927.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.